



COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023
(RQN 1/2023)

NORMAS DE FUNCIONAMENTO

O Presidente da CPMI dos Atos de 8 de Janeiro de 2023, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1/2023, com fundamento no art. 89, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que confere ao Presidente a competência de organizar e dirigir os trabalhos da Comissão, aplicado nos termos do art. 151 do Regimento Comum, comunica aos membros da Comissão as principais normas regimentais e procedimentais a serem observadas durante os trabalhos:

ACESSO AO PLENÁRIO

1. Consideradas a limitação física do plenário e as cautelas de segurança para o funcionamento da comissão, o acesso ao Plenário será restrito a apenas:
 - a. Senadores e Deputados;
 - b. Três assessores para o Presidente;
 - c. Dois assessores para a Relatora;
 - d. Um assessor para cada membro titular da comissão;
 - e. Um assessor para cada Liderança de cada Bancada/Partido da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sempre respeitado o disposto no art. 62, §2º, do RISF: na Câmara dos Deputados, (i) *Bloco Parlamentar (“BP”) UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA*; (ii) *BP*

MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC; (iii) PL; (iv) Federação Brasil da Esperança – Fe Brasil; (v) Federação PSOL REDE; e (vi) NOVO; e, no Senado Federal, (i) BP da Resistência Democrática; (ii) BP Democracia; (iii) BP Vanguarda e (iv) BP Aliança;

- f. Funcionários da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, da Polícia Legislativa do Senado Federal e da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (imprensa institucional) essenciais ao desempenho das atividades da Comissão;
 - g. Cinegrafistas, jornalistas e fotógrafos ligados a outros órgãos de imprensa, autorizados pela Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal na forma do item 4 adiante;
 - h. Consultores legislativos e de orçamentos formalmente designados para acompanhar os trabalhos da Comissão; e
 - i. Servidores requisitados de outros órgãos em virtude de requerimento aprovado pela comissão (art. 89, IX do RISF).
2. A Secretaria de Polícia Legislativa do Senado Federal emitirá as credenciais de acesso aos servidores especificados no item 1 supra, cujas indicações deverão ser enviadas previamente ao e-mail cpmi8@senado.leg.br.
 3. Os crachás de acesso ao Plenário serão retirados pelo servidor credenciado diretamente no Setor de Credenciamento da Secretaria de Polícia Legislativa (SECRED), localizado na garagem coberta do Anexo II, do Senado Federal.
 4. A Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal será responsável por controlar o acesso de cinegrafistas, jornalistas e fotógrafos ligados a outros órgãos de imprensa ao plenário em que ocorrerem as reuniões.
 5. Ainda, poderá ser disponibilizado em plenário distinto telão para que os demais profissionais possam acompanhar o andamento das reuniões da comissão.
 6. Somente poderão ter entrada e permanência no Plenário pessoas em traje de passeio completo ou vestimenta equivalente, uniforme militar, fardamento profissional ou trajes típicos alusivos à temática da sessão, quando for o caso (Ato da Comissão Diretora nº 14 de 2014).
 7. O acesso ao Plenário será controlado por policiais legislativos, que poderão impedir a entrada de quem não estiver autorizado ou descumpra as regras ora fixadas.

REUNIÕES

1. As reuniões terão pauta previamente definida e encaminhada aos membros da Comissão (art. 108, § 1º, RISF).
2. Para iniciar a reunião da CPMI é necessária a presença mínima de um terço de sua composição, ou seja, de 11 (onze) parlamentares, considerando-se o total de 32 (trinta e dois) (art. 12, RCCN).
3. Ainda que não haja número para realização da reunião (um terço), poderá ser efetuada a tomada de depoimentos, desde que presentes o Presidente e o Relator (art. 148, § 1º, RISF).
4. Na hipótese de ausência do relator a qualquer ato do inquérito, poderá o Presidente da comissão designar-lhe substituto para a ocasião, mantida a escolha na mesma representação partidária ou bloco parlamentar (art. 147, RISF).
5. É assegurado ao Líder de bancada partidária ou bloco parlamentar usar da palavra na reunião, uma única vez por reunião, durante 5 (cinco) minutos, para comunicação urgente, não podendo, todavia, nessa condição, interpelar o depoente (art. 6º, RCCN).
6. Para o uso da palavra por Líder ou Vice-Líder no exercício da liderança, não é necessário encaminhamento prévio de ofício à Secretaria, mas deverá o parlamentar comunicar à Presidência qual liderança exerce, certificando-se de não estarem presentes em plenário o respectivo Líder ou Vice-Líder com precedência.
7. É assegurado o uso da palavra “*pela ordem*”, para indagação a respeito do andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância dos regimentos ou indicação de falha sobre requerimento constante na pauta, por 5 (cinco) minutos (art. 14, X, RISF).
8. É assegurado o uso da palavra para suscitar *questão de ordem* sempre que houver dúvida sobre a interpretação regimental, na sua prática exclusiva ou relacionada à Constituição, por 5 (cinco) minutos (art. 131, RCCN).

REQUERIMENTOS

1. Os requerimentos poderão ser apresentados apenas pelos membros da CPMI, por meio do sistema eletrônico de cada Casa: *INFOLEG AUTENTICADOR*, para a Câmara dos Deputados, e *SEDOL*, para o Senado Federal.

2. Os requerimentos de convocação deverão ser individualizados e identificar com precisão a pessoa a que se dirigem, sendo necessário que conste o nome do convocado. Como regra, não serão aceitos requerimentos com múltiplos convocados ou com identificação genérica.
3. Os requerimentos de transferência de sigilo bancário, fiscal ou telefônico deverão conter, além da fundamentação adequada (motivação específica, pertinência temática com a investigação e necessidade absoluta da medida), a identificação inequívoca do alvo, mediante a indicação do nome completo e do CPF ou do CNPJ, e o período referente à transferência. Cada requerimento deverá fazer referência exclusivamente a um único alvo.
4. Os requerimentos de transferência de sigilo telemático, além de conter fundamentação adequada, deverão ser formulados com identificadores válidos que possibilitem o seu cumprimento, especificar os dados a serem obtidos a partir de sua aprovação e o período referente à transferência.
5. Como parâmetro para a elaboração dos requerimentos de transferência de sigilo telemático, os parlamentares poderão se valer, além das informações prestadas pelas respectivas plataformas de tecnologia às autoridades de persecução criminal, do relatório elaborado pela Coordenação de Comissões Especiais Temporárias e Parlamentares de Inquérito a partir de consulta formulada às principais plataformas, que constitui o Anexo I destas Normas de Funcionamento.
6. O requerimento apresentado à CPMI que não estiver de acordo com as orientações especificadas acima poderá ser recusado pela Secretaria e não será submetido à deliberação da Comissão. O seu autor poderá, entretanto, reapresentá-lo, após o devido saneamento.
7. Os requerimentos não admitirão discussão, podendo eventualmente ter sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo de até 5 (cinco) minutos (art. 41, RCCN).
8. A Comissão deliberará por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, considerando-se o conjunto dos integrantes do colegiado, uma vez que há paridade entre Senadores e Deputados. O Presidente somente terá o voto de desempate (art. 14, RCCN).
9. O pedido de verificação de votação só será admitido se formulado por líder (art. 45, § 1º RCCN).

USO DA PALAVRA EM OITIVAS

1. Haverá listas de inscrição distintas para titulares, suplentes e não-membros, sendo que os parlamentares poderão fazer uso da palavra de acordo com a ordem contida na respectiva lista de inscrição.
2. As listas de inscrição serão disponibilizadas para assinatura exclusivamente no plenário em que será realizada a reunião da Comissão, com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário marcado para o seu início. Para a assinatura da lista de inscrição, os parlamentares deverão comparecer pessoalmente ao plenário, sendo vedada a assinatura por procuração ou assemelhada.
3. Nos depoimentos e inquirições, o Presidente poderá franquear inicialmente a palavra ao depoente.
4. A Relatora, então, interpelará o depoente pelo prazo que for necessário.
5. Após a Relatora, os questionamentos seguirão a seguinte ordem: Relatores Parciais, se houver; autores dos requerimentos aprovados, na ordem de apresentação; titulares, na ordem da respectiva inscrição; suplentes, na ordem da respectiva inscrição; e não-membros, na ordem da respectiva inscrição (art. 112, RISF). Excetuada a Relatora, o prazo para as interpelações corresponderá a até 10 (dez) minutos para os titulares, 5 (cinco) minutos para os suplentes e 3 (três) minutos para os não-membros.
6. O Presidente poderá determinar que as interpelações sejam realizadas em blocos de três ou mais parlamentares, franqueando prazo para resposta do depoente ao final de cada bloco.
7. A Relatora e o Presidente poderão interpelar o depoente a qualquer instante do depoimento.
8. O Presidente deverá alertar o interpelante sobre pergunta que já houver sido respondida pelo depoente, a fim de se evitar repetições desnecessárias.

Brasília, 30 de maio de 2023.

Deputado ARTHUR OLIVEIRA MAIA

Presidente da CPMI – 8 DE JANEIRO

ANEXO I – TRANSFERÊNCIAS DE SIGILO TELEMÁTICO

Informações coletadas junto às plataformas de tecnologia em 2023 pela Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito para auxiliar os gabinetes parlamentares na elaboração de requerimentos de transferência de sigilo telemático:

- **Instagram (META)**
 - Identificador válido (indicar no requerimento pelo menos um destes identificadores):
 - URL
 - Alias (ex.: @nome)
 - Dados que poderiam ser requisitados pela comissão
 - Dados cadastrais
 - Localização
 - Mensagens
 - Comentários
 - Curtidas
- **Facebook (META)**
 - Identificador válido (indicar no requerimento pelo menos um destes identificadores):
 - endereço URL, tal como <https://www.facebook.com/profile.php?id=0000000000000000>
 - número de telefone (incluindo +55 se o terminal for do Brasil ou o código de área do país de origem)
 - endereço de e-mail.
 - Dados que poderiam ser requisitados pela comissão
 - Dados cadastrais do usuário, incluindo nome completo, endereço, telefone e e-mail
 - Logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC
 - Conteúdo de mensagens, posts, fotografias e vídeo
- **WhatsApp (META)**
 - Identificador válido (indicar no requerimento pelo menos um destes identificadores):
 - Número de telefone (formato +código de país, código de área, número)
 - ID do Grupo, caso possuir
 - Dados que poderiam ser requisitados pela comissão

- Número do terminal telefônico
 - Nome do usuário
 - Modelo do Aparelho
 - Versão do Aplicativo
 - Data inicial e final
 - Status da conexão
 - Data da última conexão
 - Endereço de e-mail
 - Informações do cliente WEB
 - Informações dos grupos de que participa, incluindo data de criação, descrição, identificador de grupo (Group ID), foto, quantidade de membros, nome do grupo e participantes.
 - Mudanças de números
 - Contatos (incluindo contatos em que o alvo tem o número do contato em sua agenda e o contato tem o número do alvo na sua, e aqueles em que apenas um dos dois possui registro na agenda)
 - Foto do perfil
 - Status antigos
 - Registro de IP
 - Histórico de chamadas efetuadas e recebidas
- **Google (GOOGLE LLC e Partes Relacionadas)**
 - Identificador válido (indicar no requerimento pelo menos um destes identificadores):
 - E-mail Google: XXXX@gmail.com
 - Dados que poderiam ser requisitados pela comissão: dados relativos a qualquer *produto google*
 - Dados cadastrais
 - Registros de conexão (IPs)
 - Informações de Android (IMEI)
 - Conteúdo de Gmail
 - Conteúdo de Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF)
 - Conteúdo de Google Drive
 - Lista de contatos
 - Histórico de Localização
 - Histórico de Pesquisa
 - Histórico de Navegação
 - Conteúdo de Waze

- Logs de acesso com IP/Data/Hora/ e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo de contas de Gmail;
 - Logs de acesso com IP/Data/Hora/ e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo em canal do YOUTUBE especificado por meio da URL do vídeo ou do canal;
 - Logs de acesso com IP/Data/Hora/ e fuso horário de acesso para a veiculação de vídeo veiculado no YOUTUBE especificado por meio da URL do vídeo ou do canal;
 - Dados armazenados na "Sua linha de tempo" do Google Maps e outras informações de localização;
 - Histórico de exibição, histórico de pesquisas, curtidas e comentários do Youtube;
 - Histórico de pesquisas no Google Pesquisa (termos pesquisados);
 - Imagens armazenadas no Google Fotos;
 - Dados armazenados no Google Drive, incluindo backup do WhatsApp e de outros aplicativos de comunicação que realizem backup por intermédio do Google;
 - Caixa de entrada, enviados, rascunhos e lixeira do Gmail, bem como dados cadastrais, registros de acessos, contendo data, horário, padrão de fuso horário e endereçamento IP;
 - Histórico de navegação do Google Chrome sincronizados com a conta do Google;
 - Lista de contatos;
 - Informações sobre tipo e configurações de navegador, tipo e configurações de dispositivo, sistema operacional, rede móvel, bem como interação de apps, navegadores e dispositivos com os serviços do Google;
 - Informações sobre aplicativos adquiridos e instalados por meio da PlayStore;
 - Caso o alvo utilize os serviços do Google para fazer e receber chamadas ou enviar e receber mensagens, a empresa deve apresentar as informações que possuir;
 - Informações de voz e áudio caso o alvo utilizar recursos de áudio;
 - Pessoas com quem o alvo se comunicou e/ou compartilhou conteúdo;
 - "Históricos de alteração de conta" e os respectivos e-mails anteriores para recuperação de conta
- **Telegram**
 - Identificador válido (indicar no requerimento pelo menos um destes identificadores):

- Número de telefone (formato +código de país, código de área, número)
- Dados que poderiam ser requisitados pela comissão: não foi informado
- **Apple**
 - Identificador válido (indicar no requerimento pelo menos um destes identificadores):
 - Número de série (SN)
 - IMEI (O código International Mobile Equipment Identity é um código numérico único e global presente em aparelhos que se conectam às redes celulares, como smartphones, tablets e modems 4G ou 5G.)
 - MEID (O Mobile Equipment Identifier é um código de identificação global de dispositivos móveis que atuam em redes de internet móvel CDMA (tecnologia relacionada ao 3G). Criado em 2006, o "registro" substitui o número de série eletrônicos (ESN), cujas combinações se esgotaram em novembro de 2008.)
 - MAC ADDRESS
 - TELEFONE CELULAR + IDENTIFICAÇÃO DO ALVO
 - GUID
 - Apple ID
 - DSID (O Directory Services Identifier é um método para identificar contas AppleID. É o equivalente ao número serial de equipamentos, aqui associado a uma conta AppleID ou iCloud para uso na identificação de casos no iLog, a ferramenta de suporte do iCloud, ou para verificar um cliente na linha)
 - Nome completo e número de telefone e endereço físico.
 - Dados que poderiam ser requisitados pela comissão
 - Registro de dispositivos, incluindo nome, e-mail, endereço e telefone (fornecidos pelo usuário);
 - Registro de atendimento ao cliente pela Apple;
 - Dados do iTunes, incluindo nome, endereço físico, endereço de e-mail e número de telefone (fornecidos pelo usuário), conexões e transações de compra/download do iTunes, conexões de atualização/novo download e registro de conexões e informações do assinante iTunes, com endereços IP
 - Compras em lojas físicas (mediante número do cartão de crédito) e compras em lojas online (mediante número do

cartão de crédito ou Apple ID) - informam, inclusive, o endereço físico da entrega;

- Informações de backup de aparelhos;
- Dados cadastrais do iCloud, incluindo nome completo, endereço, telefone e email (fornecidos pelo usuário);
- Logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC;
- Conteúdo do iCloud, incluindo fotos, vídeos, mensagens SMS, MMS ou iMessage, e correio de voz, documentos, contatos, calendários, favoritos, histórico de navegação do Safari, e backup de dispositivos iOS

- **Twitter**

- Identificador válido (indicar no requerimento pelo menos um destes identificadores):
 - Nome do usuário (com o signo "@")
 - identificador URL
- Dados que poderiam ser requisitados pela comissão
 - Nome, sobrenome, senha, email e nome de usuário
 - Localização, foto da conta e do fundo
 - Número de celular para recebimento de SMS e catálogo de endereços
 - Tweets, as contas seguidas, tweets favoritos
 - Coordenadas exatas da localização dos tweets
 - Endereços IPs, data/hora/fuso
 - Navegador utilizado
 - Domínio referente
 - Páginas visitadas
 - Operadora do dispositivo móvel
 - IDs de aplicativos e termos de buscas
 - Links visitados e quantidade de vezes que foi clicado.